

**A** NOSSA postura de País em crise deverá ser acentuada pelo novo pacote econômico que o Governo está ultimando. A sociedade brasileira como um todo, e certas categorias em particular, ver-se-ão diante de restrições e sacrifícios maiores, e o próprio Estado se dispõe a uma tomada de posição exemplar em matéria de contenção de gastos e de austeridade administrativa.

**EM PRINCÍPIO**, não há argumentos que possam contrariar o argumento-mor do imperativo antiinflacionário. Nenhuma economia funciona ou sequer sobrevive com uma inflação de 130 por cento. A atividade produtiva, no Brasil especulativo de hoje, está mantida na base do milagre — este o autêntico milagre nacional.

**O** GOVERNO parece decidido a colocar o setor público na posição que lhe compete dentro das circunstâncias, das exigências e mesmo das responsabilidades éticas da crise. Seus déficits, seus desperdícios, suas irrationalidades passarão a receber, segundo o prometido, tratamento compatível com a gravidade da hora adversa. Teríamos uma espécie de desestatização dos privilégios e das discriminações que desde logo imunizam a empresa pública con-

tra as afecções do desequilíbrio econômico, ela ainda se dando ao luxo de multiplicar desnecessariamente as suas despesas de custeio.

**VIVEMOS**, no País, uma situação delirante. O Governo subsidia créditos e preços com recursos que não possui ou que fazem falta essencial ao Tesouro. Essa extravagância é então financiada com dívida interna e inflação e essa inflação destrói toda a economia. Não se poderia imaginar círculo vicioso mais perverso.

**OS SUBSÍDIOS** ao crédito agrícola hoje pouco contribuem para o fomento da produção e da produtividade no campo. Isso está matematicamente comprovado. Grande parte dos recursos tornados disponíveis pelos juros favorecidos desvia-se para o mercado financeiro, até onde não chegam as enchentes, as secas, as pragas e outras calamidades e incertezas. O agricultor precisa muito mais de mercado do que de subsídios, e nesse sentido o Governo pode atendê-lo com sistemas de garantia de preços.

**EM RELAÇÃO** aos gastos das estatais, o que importa e só se justifica é cortar as suas despesas

improdutivas, não os seus investimentos de correta prioridade. Ainda que pareça óbvio, tal entendimento nem sempre tem curso geral. Tampouco o abuso salarial constitui o maior pecado das estatais. Nas despesas de funcionamento, sim, é que se concentram os desperdícios, além de não resultarem problemas judiciais de sua redução.

**ATÉ AQUI** a imagem do pacote econômico desta semana assumiu características basicamente restritivas ou impositivas de novos ônus, com exceção das medidas destinadas a tentar a baixa dos juros. O que fica faltando é a contrapartida de um plano de investimentos, para que ao lado do esforço de diminuição do déficit público haja também um esforço de reativação econômica e de criação de empregos. A deflação apesar de obrigatória não esgota a lista de necessidades da recuperação interna. Há que retomar o caminho do crescimento, para o que em muitos casos bastará uma reciclagem de prioridades e um remanejamento de recursos. O jogo da verdade na economia brasileira deve envolver sobretudo a eliminação de hipertrofias, artificialismos e desvios, sem prejuízo dos fatores dinâmicos que sustentam a nossa capacidade de desenvolvimento.